

CAPÍTULO XVIII

A Retomada da Crise Política

A crise do modelo político autoritário implantado no Brasil em 1964 tende novamente a aprofundar-se depois de um período de relativa estabilização. No primeiro semestre de 1977 a crise atingiu o auge, em consequência direta do “pacote de abril”. Mas em meados do segundo semestre, em função da estratégia dilatória desenvolvida pelo Governo, a onda de protestos perdeu vigor. Agora, em função do esgotamento ou do desmascaramento dessas medidas, a crise deve novamente agravar-se.

A ruptura do modelo tecnoburocrático-capitalista, baseado na aliança entre a burguesia, a tecnoburocracia estatal e o capitalismo internacional, teve início em 1974, a partir de um fato econômico — o fim do “milagre” — e de um fato político — a derrota governamental nas eleições de 1974. Sua primeira manifestação verificou-se através da campanha contra a estatização. Seu caráter fundamental foi o de um rompimento parcial entre a burguesia local — e particularmente os amplos setores médios dessa burguesia — e a tecnoburocracia estatal. Na medida em que a classe dominante revelava de forma aberta sua crescente insatisfação com os termos da aliança estabelecida com a tecnoburocracia estatal, civil e militar, a crise política foi desencadeada. Por outro lado, considerando o fato de que a burguesia é a classe domi-

nante, o resultado final da crise deveria ser a reformulação do modelo ou então sua completa ruptura.

No primeiro semestre de 1977, a partir da enorme carga de ódio e de arbítrio representada pelas reformas constitucionais impostas à Nação, a crise parecia encaminhar-se no sentido da ruptura do modelo. Os protestos dos estudantes, dos intelectuais, da imprensa, dos políticos da oposição e, de forma naturalmente mais moderada, dos empresários pareciam dirigir-se nesse sentido. Mas a repressão sobre os estudantes, a cassação e as ameaças sobre representantes do MDB, a pressão sobre os jornais não se faz esperar. Por outro lado, o Governo voltou a acenar com promessas de redemocratização, a partir da proposta de um "diálogo" e da escolha de um candidato à Presidência da República que assumiria a responsabilidade do retorno à democracia. Esta estratégia, ao mesmo tempo repressiva e acalentadora de esperanças, foi reforçada pelo episódio da demissão do Ministro do Exército, em que o Presidente Geisel surgiu paradoxalmente como um moderado que salvava o país de um autoritarismo muito pior. Em consequência, a crise estabilizou-se, refluíu mesmo. Durante o segundo semestre, depois da *Carta aos Brasileiros*, o único fato político novo de caráter significativo foi a reivindicação dos trabalhadores de uma compensação salarial pela falsificação dos índices de preço ocorrida em 1973. Mas este protesto, significativo por ter sido a primeira manifestação dos trabalhadores desde 1968, mas ainda tímido, não logrou restabelecer o clima do primeiro semestre. O MDB retraía-se. A oposição ao regime ditatorial concentrava-se apenas na campanha isolada do Senador Magalhães Pinto, a qual, entretanto era cercada de desconfianças e dúvidas quanto ao seu verdadeiro sentido.

No início do ano, porém, a escolha do candidato à presidência, ainda que amplamente antecipada, ao mesmo tempo encerrou o capítulo das expectativas e das eventuais esperanças de redemocratização e marcou o caráter brutal da imposição de um novo presidente, que governará o país por seis longos anos. Esse presidente, que ninguém sabe quem é e o que pensa, afirma que só dirá o que pretende fazer no Governo depois de escolhido pela convenção da Arena. Ao contra-senso e à irracionalidade se somam o arbítrio e o autoritarismo.

A escolha do novo presidente, que pretendia ser causa de distensão, transforma-se em base para o recrudescimento da crise, especialmente porque sua escolha foi feita sem consulta a ninguém. O povo obviamente não foi consultado, mas também a Sociedade Civil (burguesia e tecnoburocracia, basicamente) não o foi, nem o sistema político oficial, nem sequer — e este é um fato novo — as forças armadas. A ilegitimidade do processo sucessório, baseado apenas na vontade do atual presidente, torna-se portanto total. Por outro lado, o espetáculo tragicômico da escolha dos novos governadores, além de marcar novamente a recusa da participação popular, deixa todos seguros apenas de um fato: o de que a arbitrariedade e a ilegitimidade política assumem o caráter de norma geral.

O esgotamento da estratégia dilatória do Governo acelerou-se com as recentes manifestações do atual Presidente. Sua mensagem presidencial de 1º de março lança novamente o país no clima de ódio e repressão e confirma as piores previsões em relação à promessa de redemocratização. A publicação, pela *Folha de S. Paulo*, do projeto de reformas confirma dramaticamente as sugestões da mensagem presidencial. As entrevistas concedidas pelo Presidente na Alemanha são outra manifestação do mesmo pensamento radicalmente autoritário. A burguesia que se deixara apaziguar por vagas promessas de redemocratização dificilmente poderá continuar a enganar a si própria.

É certo que ela o faria gostosamente se as perspectivas econômicas do país fossem favoráveis. Um fator importante do refluxo da crise política no segundo semestre do ano passado foi a redução no ritmo inflacionário e a obtenção de um saldo na balança comercial durante alguns meses. Não voltávamos à época do milagre, mas o pior momento das dificuldades financeiras do país parecia superado. Neste ano entretanto, tudo deixa prever uma nova aceleração da taxa de inflação e um agravamento do desequilíbrio externo. E não há razões para ilusões: o regime da escassez e não o da abundância é a situação normal em qualquer economia. Ora, é nos momentos de escassez que se torna mais insuportável a arbitrariedade dos regimes autoritários, promovendo a divisão do excedente econômico sem consultas nem

constrangimentos políticos, em nome de uma pretendida racionalidade tecnoburocrática, que afinal atende os interesses de uns poucos privilegiados.

As perspectivas de aprofundamento da crise política são portanto claras. O manifesto do Senador Magalhães Pinto e o lançamento do nome de Severo Gomes para a vice-presidência eliminaram quaisquer dúvidas quanto ao caráter democrático de candidatura do senador mineiro. Este não pretende vencer a convenção de uma Arena desfibrada, inexistente como partido político, mas marcar dentro desta uma clara área de oposição ao Governo, a qual poderá ser competitiva, mas mais provavelmente será complementar da ação do MDB. Os militares, cujo descontentamento é cada vez mais óbvio, também começam a se manifestar. A imprensa e toda a Sociedade Civil vêm conquistando crescente autonomia em relação a um Governo que se esvazia politicamente. A outorga, por unanimidade, pela Câmara Municipal de São Paulo, do título de Cidadão Paulistano a Dom Paulo Evaristo Arns, cuja luta pelos direitos humanos o transformou em um dos principais opositores do regime vigente, é outra indicação de que a Sociedade Civil volta a se manifestar e a exigir uma reformulação do pacto político vigente. E a insatisfação dos trabalhadores, afinal os principais prejudicados por esse pacto político que hoje não satisfaz mais a quase ninguém, é crescente, como se pode verificar pela repercussão do Movimento do Custo de Vida e pela exigência dos líderes sindicais de negociações diretas com os empresários, sem a intermediação da tecnoburocracia estatal.

Entretanto, se as perspectivas de retomada da crise são claras, isto não significa que haja razão para o otimismo. O Governo ainda possui trunfos a seu favor: os interesses dos setores privilegiados da alta burguesia e da tecnoburocracia estatal; o medo do restante da burguesia, ainda que ela comece a verificar que talvez seja mais prudente temer o arbítrio e a violência policial do que longínquas ameaças de subversão; a tese ainda vigente nos meios políticos governamentais de que Geisel seria um moderado em relação à "linha dura" existente nas forças armadas, esta sim de natureza fascista; o caráter burocrático e disciplinado das forças armadas; a corrupção dos interessados na obtenção de cargos políticos; o apa-

relho policial repressivo; a lei Falcão para impedir a manifestação da oposição nas próximas eleições.

Estes trunfos e particularmente o último, somado à instituição do senador biônico, poderão eventualmente ainda assegurar à Arena a maioria no futuro Congresso. Não é uma perspectiva provável, apesar de toda a repressão a favor da Arena, mas é uma perspectiva possível. Sabemos, porém, que se as ditaduras se mantêm graças à repressão, é também a repressão que as destrói.

(Folha de S. Paulo, 23 de março de 1978.)